



Participação da Agricultura Familiar no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no Município de Nova Xavantina-MT

<https://doi.org/10.33872/puxirum.v1n1.e005>

Ana Heloisa Maia¹; Ticiania Petean Pina²; Flaviana Cavalcanti da Silva³

RESUMO: A relevância da agricultura familiar para a segurança alimentar está atrelada diretamente a produção de alimentos. O presente trabalho teve como objetivo, realizar uma análise sobre a aquisição de alimentos da agricultura familiar via Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no município de Nova Xavantina-MT. A metodologia envolveu a aplicação de questionários aos gestores público-responsáveis pela alimentação escolar, e entrevistas com representantes do segmento da agricultura familiar e com os agricultores familiares participantes do PNAE para posterior tabulação e apresentação dos resultados. A pesquisa concluiu que há um claro e evidente desconhecimento da legislação do PNAE, além da resistência dos gestores públicos, principalmente da prefeitura municipal quanto a compra de alimentos da agricultura familiar, além disso, falta uma maior articulação entre os principais atores que permitam estabelecer um diálogo coerente quanto as informações repassadas e os problemas mencionados para aquisição de produtos da agricultura familiar via PNAE.

Palavras-chave: segurança alimentar. agricultura familiar. políticas públicas.

¹ Doutora em Agronomia. Docente da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT. E-mail: anaheloisamaia@unemat.br

² Doutora em Agronomia. Docente da Unifatecie de Paranavaí-PR. E-mail: prof.ticiania@gmail.com

³ Doutora em Agronomia. Docente da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP. E-mail: flavianacavalcanti@gmail.com



ABSTRACT: The relevance of family farming for food security is directly linked to food production. This work aimed to carry out an analysis on the acquisition of food from family farming via the National School Feeding Program (PNAE) in the municipality of Nova Xavantina-MT. The methodology involved the application of questionnaires to public managers responsible for school feeding, and interviews with representatives of the family farming segment and with family farmers participating in the PNAE for subsequent tabulation and presentation of results. The research concluded that there is a clear and evident lack of knowledge of the PNAE legislation, in addition to the resistance of public managers, mainly from the municipal government regarding the purchase of food from family farming, in addition, there is a lack of greater articulation between the main actors that allow the establishment of a coherent dialogue regarding the information passed on and the problems mentioned for the acquisition of products from family farming via the PNAE.

Keywords: food security. family farming. Public policy.

1. Introdução

A relevância da agricultura familiar para a segurança alimentar está atrelada diretamente a produção de alimentos, de maneira que gera emprego e renda direta no campo, possibilitando que os alimentos fiquem acessíveis a população (DELGADO e BERGAMASCO, 2017), sendo a principal fornecedora de alimentos componentes da cesta básica brasileira (IBGE, 2015). Entretanto, esta tem seu histórico marcado por adversidades, principalmente relacionado à falta de recursos para manutenção das atividades, além de políticas públicas voltadas a assistência técnica, produção e comercialização extremamente deficientes, que por vezes não consideram as reais necessidades dos agricultores familiares, bem como, suas especificidades (MAIA; SANT'ANA; SILVA, 2018).

Como medidas governamentais, as políticas públicas tem se voltado ao fortalecimento da agricultura familiar e sua importância na produção de alimentos, pautado nos conceitos de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), em tese pela necessidade de produção de alimentos básicos, comercialização e acesso a esses alimentos, além de assegurar as boas práticas alimentares a população (TRICHES e SCHNEIDER, 2010).



Gazolla e Schneider (2007) ao analisarem a produção de alimentos pela agricultura familiar concluíram que os aspectos relacionados à segurança alimentar representada pelo segmento, relaciona-se principalmente aos princípios de acesso ao alimento (mesmo na produção de autoconsumo, que garante a permanência de muitas famílias no campo), o fornecimento de alimentos em quantidades suficientes para a população local, além da qualidade implícita nesses, que seguem uma tendência na redução de fertilizantes e defensivos químicos, além de muitos desses alimentos (como mandioca, arroz e feijão) já fazerem parte dos hábitos/costumes alimentares da população brasileira, garantindo-se assim a segurança alimentar e nutricional.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) criado em 1979, é o mais antigo programa que existe relacionado a políticas públicas voltadas a segurança alimentar. Através da promulgação da Constituição de 1988 foi garantido o direito a alimentação escolar a todos os alunos da educação básica, apresentando-se como suplemento à política educacional. Já no ano de 1993 o programa passa a ser aperfeiçoado com a descentralização de recursos financeiros destinados ao PNAE para gerenciamento dos estados e municípios, mudanças na aquisição e compras de alimentos, além da utilização de produtos da localidade para favorecer as melhorias na aceitação das refeições, além de permitir a diversificação do cardápio oferecido aos alunos (ABREU, 1996).

Com o advento da Lei Nº 11.947 de 16 de junho de 2009 durante o governo Lula, foi ampliado o PNAE, estipulando que o mínimo de 30%, da quantidade total de recursos financeiros repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para a alimentação escolar deve ser utilizado para compra de produtos alimentícios oriundos da agricultura familiar, havendo prioridade para os assentamentos rurais de reforma agrária e as comunidades tradicionais (quilombolas e indígenas), conforme consta no artigo 14 da referida Lei (BRASIL, 2009). De acordo com a mesma lei essa aquisição pode ser realizada dispensando processo licitatório, desde que os preços sejam compatíveis com os vigentes no mercado local e os produtos atendam às exigências de controle de qualidade. Com o incentivo da compra de alimentos da agricultura familiar para a alimentação escolar por meio desse programa, ocorre o reconhecimento da importância da produção local de alimentos oriundos desse segmento, favorecendo o seu fortalecimento e as estratégias de segurança alimentar (MAIA et al., 2019).



Existem poucas pesquisas a respeito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no município de Nova Xavantina, além de uma certa dificuldade em obter informações sobre como os gestores municipais tem viabilizado a aquisição de produtos da agricultura familiar para garantir o mínimo previsto em Lei. Daí a necessidade de articulação das diferentes políticas públicas com as ações do PNAE para que possa atender os novos arranjos produtivos, buscando continuamente a melhoria dos serviços prestados garantindo a segurança alimentar e nutricional do público atendido por meio de políticas públicas adequadas a valorização dos produtos locais, bem como oriundo de agricultores familiares, conforme as diretrizes do Programa (SARAIVA et al., 2013). Diante deste contexto, esta pesquisa busca realizar uma análise do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no município de Nova Xavantina-MT, principalmente em relação a aquisição de produtos oriundos da agricultura familiar.

2. Material e Métodos

Esta pesquisa foi desenvolvida no município de Nova Xavantina, buscando realizar um levantamento das instituições vinculadas ao Programa Nacional de Alimentação Escolar. Para a obtenção dos dados foi elaborado um questionário (Apêndice 1) no intuito de avaliar a situação do município quanto a compra de produtos diretamente da agricultura familiar.

Os questionários foram aplicados aos gestores/responsáveis pela alimentação escolar da Prefeitura Municipal de Nova Xavantina e Secretaria do Estado da Educação, além de representantes dos agricultores familiares (Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Secretaria Municipal da Agricultura). O questionário foi aplicado, de forma padronizada, com questões abertas e fechadas, visando aprofundar a compreensão quanto ao número de chamadas públicas realizadas e percentual dos recursos do Governo Federal utilizados para a compra da agricultura familiar, por meio de chamada pública, além de identificar o número de escolas atendidas, número de produtores fornecedores de alimentos e os principais gêneros alimentícios fornecidos ao programa.

A partir desse levantamento foram também entrevistados os agricultores participantes do Programa (no caso desta pesquisa foi entrevistado apenas um agricultor, o único que participante da chamada pública). Foram também gravadas as entrevistas com esses atores no intuito de contribuir para o entendimento das ações desse Programa no município.



No caso específico do agricultor a entrevista seguiu um roteiro (Apêndice 2) com questões que buscaram identificar como se deu a entrada no PNAE verificar as dificuldades e restrições enfrentadas, suas perspectivas e o que esperam dos órgãos governamentais quanto ao incentivo na aquisição de produtos da agricultura familiar. Em seguida, os dados dos questionários foram tabulados, utilizando-se tabelas e gráficos do Excel, além da análise quantitativa e qualitativa das entrevistas e com base na bibliografia consultada e na sistematização das experiências foi realizada a redação deste trabalho.

3. Resultados e Discussão

Inicialmente será realizada a caracterização do município de Nova Xavantina e posteriormente os apontamentos em relação ao PNAE: como se dá a aquisição de alimentos da agricultura familiar no município, a identificação das escolas participantes e agricultores, os principais problemas encontrados e as possíveis soluções pensando-se principalmente no incentivo ao consumo de alimentos locais de agricultores familiares, visando a segurança alimentar e nutricional dos alunos da educação básica.

3.1 Caracterização do Município de Nova Xavantina-MT

A história do surgimento do município de Nova Xavantina inicia-se a partir de 1944, com a chegada da Expedição Roncador-Xingu⁴, incentivada pelo então governo de Getúlio Vargas na chamada Marcha para o Oeste⁵. No dia 14 de abril de 1944, o coronel Flaviano de Matos Vanique lançou a pedra fundamental de Xavantina, na margem direita do Rio das Mortes, o nome Vila Xavantina foi escolhido por participantes da Expedição em homenagem aos índios Xavantes, habitantes originais do local; todos os

⁴ Portaria nº. 077 de 03/06/1943 determinava a organização da Expedição Roncador Xingú, considerando as seguintes necessidades: criar vias de comunicação com o Amazonas através do interior do país; e explorar e povoar o maciço central do Brasil nas regiões cabeceiras do Rio Xingú. A portaria declara que a Expedição é um passo decisivo para a realização do Programa do Governo, sintetizado na Marcha para o Oeste. Assim, os objetivos da Expedição eram: a) partindo da cidade de Leopoldina, sobre o Rio Araguaia, em Goiás, seguir na direção geral de Noroeste rumo a Santarém, sobre o Amazonas; b) procurar o ponto mais favorável sobre o Rio das Mortes e fundar um estabelecimento de colonização; c) continuar a marcha galgando a Serra do Roncador e fundar no ponto mais conveniente, que ofereça condições de clima, terras próprias para agricultura e facilidade para estabelecimento de um campo de aviação, um núcleo de civilização que servirá de ponto de apoio para o prosseguimento da expedição e exploração do território; d) invernar nesse local, preparando o campo de aviação e iniciando trabalhos agrícolas e de construção (CARPENTIERI, 2008, p. 12).

⁵ Na verdade, a expedição comandada pelo cel. Flaviano de Matos Vanique, alardeava a Marcha para o Oeste, de Getúlio Vargas, mas escondia o projeto de mudar a capital do Brasil, do Rio de Janeiro para um quadrilátero na bacia fluvial do Xingu, se assim fosse necessário (PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA, 2006, p. 38).



expedicionários são tidos como os fundadores da Vila de Xavantina, incluindo também os irmãos Villas Boas (Orlando, Cláudio e Leonardo) (MOCELIN, 2011).

Em 1977 haviam dois povoados distintos, a margem direita do Rio das Mortes (Xavantina) e na margem esquerda (Nova Brasília), a emancipação aconteceu em março de 1980, por meio da Lei nº 4176, fundindo esses povoados, formando o município de Nova Xavantina.

O município de Nova Xavantina localiza-se na mesorregião Nordeste matogrossense, na Microrregião Geográfica (MRG) de Canarana, possui como municípios limítrofes Água Boa, Araguaiana, Barra do Garças, Campinápolis, Cocalinho, Novo São Joaquim e Nova Nazaré (FERREIRA, J., 2001).

De acordo com estimativa do IBGE (2018) o município possui aproximadamente 21.231 habitantes e uma área total de 5.526,73 km², considerado o centro geodésico do Brasil, predomínio de áreas de Cerrado, além de áreas de transição Cerrado-Amazônia, tendo como principal atividade a agropecuária (principalmente pecuária de corte, soja e milho), com a presença de terras indígenas da etnia Xavante, diversas cachoeiras e a Serra do Roncador.

Nova Xavantina é cortada pelo Rio das Mortes e a rodovia BR-158 é o principal eixo viário estruturador do município e região (IBGE, 2014). Há a no município mais de 1400 estabelecimentos agropecuários ocupando 428.794 hectares, de acordo com o Censo Agropecuário do IBGE 75% do total desses estabelecimentos são de agricultores familiares. No que concerne à agricultura familiar, no município, as propriedades familiares são bastante diversificados (com pelo menos cinco culturas diferentes), além da criação de animais, com a pecuária leiteira presente na maioria dos estabelecimentos, sendo uma importante fonte de renda às famílias (MAIA et al., 2018).

3.2 A aquisição de produtos da agricultura familiar via PNAE

Houve grandes dificuldades durante a pesquisa para entendimento do funcionamento efetivo do PNAE, principalmente a nível municipal, parte por falta de esclarecimentos no sentido da aquisição dos produtos da agricultura familiar conforme a lei, outra parte pela dificuldade em encontrar os gestores/responsáveis pela alimentação escolar que pudessem contribuir nos esclarecimentos quanto aos principais



questionamentos da pesquisa. Embora a alimentação escolar no município esteja vinculada a Secretaria da Educação, há um total desconhecimento dos servidores quanto ao Programa. Na Secretária Municipal de Educação o principal responsável pela alimentação escolar não deu muitos esclarecimentos a respeito do real funcionamento do PNAE, apenas mencionou a dificuldade no cumprimento do percentual estabelecido na lei.

No município temos problemas para cumprimento do percentual de aquisição de alimentos da agricultura familiar. A prefeitura tem interesse em comprar da agricultura familiar (GESTORA MUNICIPAL DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - NOVA XAVANTINA).

Embora no relato a gestora municipal mencione o interesse da Prefeitura em adquirir produtos da agricultura familiar, não percebeu durante a realização da pesquisa nenhuma articulação neste sentido e/ou proposições de mudanças, para que a aquisição desses alimentos aconteça de fato, contrariando o discurso dado pela gestora.

Em relato o atual Secretário Municipal da Agricultura desconhece a aplicação dessa política pública a nível municipal, onde o mesmo menciona que participou do pregão, entretanto, não sabe como tem acontecido a aquisição de alimentos da agricultura familiar. “Eu participei do pregão, e não sei dizer se tem acontecido a compra de produtos da agricultura familiar e nem quem é o responsável” (SECRETARIO MUNICIPAL DA AGRICULTURA, TURISMO E MEIO AMBIENTE – GESTÃO/2019).

O representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município, também desconhece os responsáveis pelo PNAE atualmente e tão pouco soube mencionar como tem acontecido a articulação desses com os agricultores familiares.

Hoje não sei quem está trabalhando com a alimentação escolar e também não sei se tem agricultores do município que participam do PNAE. Aqui é mais complicado, às vezes falta interesse por parte dos agricultores e até do poder público para fazer esse tipo



de discussão. (PRESIDENTE DO SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS, GESTÃO/2019)

A nível de estado, há uma maior organização e entendimento do Programa pelos gestores da alimentação escolar, o que permitiu gerar dados sobre a participação dos agricultores familiares no programa PNAE em Nova Xavantina-MT, identificar as escolas participantes, os agricultores e como se dá a ação do PNAE no fortalecimento da agricultura familiar no município e o incentivo ao consumo de alimentos locais visando a segurança alimentar e nutricional dos alunos da educação básica.

De acordo com a gestora da alimentação escolar, vinculada a Secretaria Estadual da Educação no município todas as escolas estaduais são participantes do Programa, sendo no total cinco escolas (Juscelino Kubitschek Oliveira, João N. de M. Mallet, Ministro João Alberto, Arlindo Estilac Leal, Coronel Vanique), anualmente a Coordenadoria de Alimentação Escolar – CAE comunica o início dos procedimentos dos processos para a aquisição de gêneros alimentícios destinados à Alimentação Escolar para cada ano, sendo imprescindível a definição dos cardápios que são planejados para atendimento de 20 dias letivos, respeitando e considerando as diferenças culturais e hábitos alimentares existentes no Estado, bem como, a disponibilidade de recurso financeiro.

Conforme explicitado no texto do email enviado pela Secretaria de Educação – SEDUC, passado pela atual gestora, cuja assessoria de alimentação escolar está situada na Escola Estadual JK é perceptível nas orientações, a clareza das informações e a preocupação no atendimento a legislação, quanto a aquisição dos alimentos da agricultura familiar, pensando em cardápios que possam permitir tal aquisição.

Esclarecemos que a partir da definição do cardápio serão feitos os cálculos do quantitativo dos gêneros alimentícios com base no recurso e número de alunos matriculados de cada escola, e que posteriormente serão enviados a cada Assessoria/município para realização do Pregão Presencial e Chamada Pública. Em



atendimento a Resolução/ CD/FNDE nº 26 de 17 de junho de 2013 que dispõe que:

“Os cardápios da alimentação escolar deverão ser elaborados pelo Nutricionista Responsável Técnico, com utilização de gêneros alimentícios básicos, de modo a respeitar as referências nutricionais, os hábitos alimentares, a cultura alimentar da localidade e pautar-se na sustentabilidade, sazonalidade e diversificação agrícola da região e na alimentação saudável e adequada”.

Após definir o cardápio, cada escola deverá **obrigatoriamente** acessar o link abaixo para indicar o tipo de ingrediente de algumas preparações do cardápio selecionado. Esta indicação deve ser feita de acordo com a disponibilidade de alimentos de cada localidade. O questionário deverá ser preenchido até o final e enviado para que possamos ter acesso às informações descritas por cada escola e assim calcularmos o quantitativo. O arquivo do cardápio que está anexo não deverá ser enviado às nutricionistas, o quantitativo será feito somente com as informações constantes no link. Conforme resolução FNDE, nº 26 de 17 de junho de 2013, no mínimo 30% do recurso Federal transferido às unidades escolares necessitam ser destinados a aquisição de alimentos oriundo da Agricultura familiar. Para atender a resolução, disponibilizamos cardápios que contemplam alimentos básicos produzidos pelos agricultores (GESTORA DA SECRETARIA DO ESTADO DA EDUCAÇÃO - COORDENADORIA DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR EM NOVA XAVANTINA).

Conforme a gestora da alimentação escolar todas as unidades escolares estaduais do município têm um prazo estabelecido pela CAE para fazer o planejamento do cardápio semestral, que a partir dessas informações é definido os quantitativos por municípios para



iniciar o processo licitatório e no caso da aquisição de alimentos da agricultura familiar esse processo licitatório é dispensado, sendo realizado por meio de chamada pública.

Normalmente até setembro temos que encaminhar o arquivo com as sugestões de cardápio elaboradas pela nutricionista. O cardápio escolhido é inserido pela nutricionista da CAE no planejamento de cardápio semestral do módulo Gestão de Planejamento e Orçamento (GPO), e após isso logo somos autorizados a elaborarmos a chamada pública para aquisição de alimentos da agricultura familiar vem da CAE, já com os principais alimentos a serem fornecidos baseados no cardápio elaborado (GESTORA DA SECRETARIA DO ESTADO DA EDUCAÇÃO - COORDENADORIA DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR EM NOVA XAVANTINA).

3.3 Participação da agricultura familiar no PNAE em Nova Xavantina-MT

Ainda que haja a chamada pública há um baixo percentual de aquisição de alimentos da agricultura familiar, houve anos que não houve a compra de alimentos de agricultores familiares do município, conforme relato abaixo.

Na última chamada houve apenas 1 agricultor inscrito para o fornecimento de alimentos para merenda escolar aqui do município. Algumas não tiveram inscritos e em outras apenas agricultores de outros municípios (Gaúcha do Norte, Querência e Campinápolis) (GESTORA DA SECRETARIA DO ESTADO DA EDUCAÇÃO - COORDENADORIA DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR EM NOVA XAVANTINA)

O baixo percentual ou não aquisição de alimentos da agricultura familiar para fornecimento na merenda escolar é relatado por outros autores como Moraes (2017) que



analisando o PNAE no município de Pelotas-RS concluiu que os fatores relacionados a isso envolvem grande parte pelos gestores terem o receio de incluir determinados alimentos, por conta da sazonalidade de produção, já que nem sempre após os processos de chamada pública, é garantido o fornecimento pelos agricultores de determinado gênero alimentício.

Malaguti (2015) ao avaliar os desafios quanto a aquisição de produtos da agricultura familiar via PNAE em Itapecerica da Serra-SP pontuou como entraves a efetividade do programa a resistência dos gestores, a ausência da organização dos agricultores em associações ou cooperativas, falta de diversidade de produtos *in natura* e estocáveis e a falta de conhecimento sobre aspectos da legislação do PNAE por parte dos agricultores como também dos gestores da merenda escolar.

Uma análise geral da participação da agricultura familiar no PNAE em Nova Xavantina, tem grande influência dos gestores públicos, principalmente a nível municipal percebe-se o desconhecimento sobre os aspectos relacionados a legislação do PNAE e até uma certa resistência na aquisição de alimentos da agricultura familiar. Há necessidade de compreensão dos processos de interação entre os gestores públicos e os agricultores familiares para melhor desempenho do programa. Não há qualquer estratégia de divulgação efetiva de esclarecimento do funcionamento do programa, das chamadas e os critérios para enquadramento dos agricultores que poderia ser resolvido através de um maior diálogo entre os principais atores desse processo (gestores públicos, agricultores e demais organizações que os representam, a exemplo do Sindicato de Trabalhadores Rurais).

Dessa forma, o desempenho das políticas públicas está diretamente ligado às arenas de decisão e as interdependências sociais, já que as mudanças nas regras podem alterar as posições e o poder de decisão dos atores, as limitações quanto à participação dos mesmos e geram transformações nos objetivos, resultados e outros aspectos (FLEXOR et al., 2011, p. 04).

Seria interessante pensar em estratégias que pudessem efetuar esforços no sentido de aumentar a participação da agricultura familiar no PNAE, aproximando o diálogo entre os gestores, agricultores e suas representações. A formação de grupos de discussão sobre



a alimentação escolar e o PNAE, envolvendo os principais atores envolvidos, seria uma estratégia importante de comunicação e esclarecimentos e compreensão quanto aos assuntos inerentes ao PNAE e suas especificidades, o que poderia aumentar o percentual de compras da agricultura familiar no município de Nova Xavantina-MT.

Quantos aos principais alimentos adquiridos da agricultura familiar a nível de estado foram mencionados pela gestora da alimentação escolar vinculada à Secretaria Estadual de Educação: mandioca, abóbora, abobrinha, maxixe, alface e cebolinha destacados no cardápio para deste ano, que são fornecidos pelo único participante da chamada pública.

Ao questioná-la em relação a divulgação para os agricultores da chamada pública, a gestora menciona que é apenas divulgado no site e diário oficial que precisaria ampliar isso para que outros agricultores que não tem acesso possam conhecer os critérios da chamada e também se adequar.

Acho que um dos grandes problemas é a falta de uma maior mobilização na divulgação da chamada pública, creio que a maioria dos agricultores daqui não fazem nem ideia e isso talvez seja um problema para que possamos comprar mais desses agricultores
GESTORA DA SECRETARIA DO ESTADO DA
EDUCAÇÃO - COORDENADORIA DA ALIMENTAÇÃO
ESCOLAR EM NOVA XAVANTINA.

Para a gestora “seria interessante conhecer a diversidade dos alimentos produzidos no município e as épocas de fornecimento”, o que poderia ser resolvido com o diálogo entre os agricultores e gestores, conforme apontado por Fornazier (2014, p. 03):

A falta de conhecimento dos gestores e profissionais de nutrição sobre o calendário de produção regional e conhecer a diversidade dos alimentos produzidos no município, é um dos problemas para as compras de alimentação escolar, essa falta de informações pode ser resolvida com o diálogo entre os atores de diversas áreas.



Em entrevista ao agricultor que fez parte da última chamada pública do Estado, este menciona que a entrada no Programa se deu por intermédio dos filhos, que possuíam maiores informações e direcionaram para participar da chamada. Entretanto, este não tem a intensão de participar mais por conta da dificuldade para organização da documentação necessária, além da periodicidade de fornecimento dos alimentos. Conforme depoimento “A maioria dos alimentos que eles solicitam a gente não tem todo o ano, dá tive até que comprar de terceiros pra entregar, o que torna inviável pra gente”. De acordo com o entrevistado seria preciso uma maior divulgação do Programa junto aos agricultores para que pudesse alcançar melhores resultados.

Falta divulgação, o agricultor também não tem incentivo pra participar, é tanto papel que pede, como um pequeno agricultor vai se adequar e depois como garantir que esses produtos sejam entregues, se não tem nenhum incentivo dos órgãos públicos. Pra quem produz é muito complicado e acaba caindo mesmo na mão de atravessador pra garantir a venda do seu produto
(AGRICULTOR)

Para *Triches e Schneider (2012)*, entre as principais dificuldades encontradas pelos agricultores familiares para adesão ao PNAE estão os relacionados aos aspectos burocráticos nas licitações e ao atendimento das normas referentes a qualidade dos produtos agroindustrializados, principalmente ao registro e sanidade desses produtos, já que há uma certa dificuldade de certificação dos produtos oriundos da agricultura familiar pela ausência de certificação acessíveis ao produto em diversos municípios, como o Selo de Inspeção Municipal – SIM, que seria um grande avanço para que possam buscar outras certificações, a nível estadual e federal.

Diversas pesquisas (MAIA et al., 2018, OLIVEIRA e TARSITANO, 2018; SILVA et al., 2018; BARBOSA et al., 2016) apontam para a diversidade de produtos oriundo da agricultura familiar no município, mas o agricultor tem dificuldade ao acesso as principais políticas públicas do segmento. O que aparenta também um certo descaso



no que diz respeito ao potencial de produção dos agricultores do município, bem como, a valorização dessa produção.

Maia et al. (2018) ao analisar a produção agropecuária nos assentamentos rurais Pé da Serra e Beira Rio, em Nova Xavantina-MT relataram que em dois casos onde os agricultores tinham a intensão de fornecer o alimento (mandioca) para merenda escolar não conseguiram estímulos/esclarecimentos suficientes para participação no Programa, tanto via gestores públicos (Prefeitura Municipal e Secretaria da Agricultura), quanto pela representação sindical da classe (Sindicato dos Trabalhadores Rurais) e órgão de Assistência Técnica e Extensão Rural ATER (EMPAER).

Em pesquisa realizada por Barbosa et al. (2016) analisando a comercialização de produtos da feira coberta no município de Nova Xavantina, a maioria dos agricultores tem como principal forma de comercialização a feira e desconhecem as principais políticas de fomento a comercialização como o PNAE e Programa de Aquisição de Alimentos-PAA., bem como, as possibilidades de participação, apenas um dos agricultores entrevistados mencionou conhecer o PNAE, entretanto, para este a burocracia é um impedimento para o agricultor se adequar, por falta de capital para investir nas adequações necessárias.

4. CONCLUSÃO

Os resultados da pesquisam quanto a participação dos agricultores familiares do município no PNAE permitem concluir que:

Há um claro e evidente desconhecimento da legislação do PNAE, além da resistência dos gestores públicos, principalmente da prefeitura municipal quanto a compra de alimentos da agricultura familiar.

Falta uma maior articulação entre os principais atores que permitam estabelecer um diálogo coerente quanto as informações repassadas e os problemas mencionados para aquisição de produtos da agricultura familiar via PNAE (em nível municipal e estadual) de modo a construir soluções conjuntas (agricultores, pesquisadores e poder público) para efetivo acesso a essa política aos diversos agricultores do município.



É preciso também repensar a capacidade de organização dos agricultores para fornecimento de alimentos a merenda escolar, de forma a incentivá-los e direcioná-los neste sentido, para acesso efetivo ao PNAE.

7. Referências Bibliográficas

ABREU, M. Alimentação Escolar na América Latina: programas universais ou focalizados/políticas de descentralização. **Revista Escola Pública**, São Paulo, v. 15, n. 67, p. 35-52, 1996.

BARBOSA, R. B.; [MAIA, A. H.](#); SILVA, D.L.F.; LUZ, M. C. S.; FERNANDES, D.N. S. A comercialização de produtos da agricultura familiar na Feira Coberta de Nova Xavantina-MT. In: VI SEMINÁRIO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA - SEMEX, 2016, CÁCERES. 7ª Jornada Científica da UNEMAT. Cáceres: UNEMAT, 2016. v. 7. p. 01-01.

BUAINAIN, A. M.; ROMEIRO, A. R.; GUANZIROLI, C. Agricultura familiar e o novo mundo rural. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 5, n. 10, p. 312 – 347, 2003.

BRASIL. Lei Nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nºs 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei nº 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, 17 jun. 2009. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato_2007-2010/2009/lei/11947.htm >. Acesso em: 10 out. 2018.

DELGADO, G. C.; BERGAMASCO, S. M. P. (2017). **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. Disponível em: < <http://www.mda.gov.br/> >



sitemda/sites/sitemda/files/user_img_1756/Agricultura%20Familiar%20_%20WEB_final%2003.2017.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2018.

GABRIEL, C. G.; COSTA, L. C. F.; CALVO, M. C. M.; VASCONCELOS, F. A. G. Planejamento de cardápios para escolas públicas municipais: reflexão e ilustração desse processo em duas capitais brasileiras. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 25, n. 3, p. 363-372, 2013.

GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. A produção da autonomia: os “papéis” do autoconsumo na reprodução social dos agricultores familiares. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 89-122, 2007.

IBGE. **Censo agropecuário (2006)**. Disponível em: <[http:// www. ibge. gov. br/ home/ estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/)>. Acesso em: 13 out. 2018.

IBGE. **Municípios de Mato Grosso (2015)**. Disponível em: <[http:// www. ibge. gov. br](http://www.ibge.gov.br)>. Acesso em: 12 set. 2018.

IBGE. **Estimativa populacional 2018 IBGE**. Disponível em: <[http:// www. ibge. gov. br](http://www.ibge.gov.br)>. Acesso em: 10 fev. 2019. Consultado em 15 de abril de 2019

TARSITANO, R. A.; OLIVEIRA, M. D. L. K. **PRONAF**: dificuldades e entraves no acesso ao crédito no território do Pontal do Araguaia-MT. 25f. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Agronomia) - Universidade do Estado de Mato Grosso.

LEITE, S.; HEREDIA, B; MEDEIROS, L.; PALMEIRA, M.; CINTRÃO, R. **Impactos dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro**. 2. ed. São Paulo: UNESP, 2004. 394p.



MAIA, A. H.; SANT'ANA, A. L.; SILVA, F. C. da. Políticas Públicas de Acesso à Terra: uma análise do Programa Nacional de Crédito Fundiário, em Nova Xavantina (MT). **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 56, n. 2, p. 311-328, 2018.

MAGALHÃES, R. Avaliação de políticas e iniciativas públicas de segurança alimentar e nutricional: dilemas e perspectivas metodológicas. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 5, p. 1339-1346, 2014.

PAULA, M. M. de; KAMIMURA, Q. P.; SILVA, J. L. G. Mercados institucionais na agricultura familiar: Dificuldades e Desafios. **Revista de Política Agrícola**, Brasília, v. 23, n.1, p. 33- 42, 2014.

SARAIVA, E. B.; SILVA, A. P. F. da; SOUSA, A. A. de; CERQUEIRA, G. F.; CHAGAS, C. M. dos S.; TORAL, N. Panorama da compra de alimentos da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.18, n. 4, p. 927-936, 2013.

SILVA, T. O. ; [MAIA, A. H.](#); REBELATTO, B. F.; SOUZA, V. S.; PINA. T.P.; SILVA, F. C. Produção agroecológica dos agricultores familiares da feira coberta, Nova Xavantina-MT. **Cadernos de Agroecologia**, v. 13, p. 1, 2018.

SILVEIRA, W. S.; CUSTÓDIO, A. M.; STEFANOSKI, D. C. Estudo sobre o crédito rural: análise da inadimplência no Assentamento Banco da Terra, Nova Xavantina-MT. In: JORNADA CIENTÍFICA DA UNEMAT, 3., 2010, Cáceres. **Anais...** Cáceres: UNEMAT, 2010. p. 20-24.

STURION, G. L.; SILVA, M. V.; OMETTO; M. H.; FURTUOSO, M. C. O.; PIPITONE, M. A. P. Fatores condicionantes da adesão dos alunos ao Programa de Alimentação Escolar no Brasil. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 18, n. 2, p. 167-181, 2005.



TRICHES, R.M; SCHNEIDER, S. Alimentação escolar e agricultura familiar: reconectando o consumo à produção. **Saúde e Sociedade**, Rio de Janeiro, v.19, n. 4, p.933-945, 2010.

TRICHES, R.M; SCHNEIDER, S. Desestruturar para construir: interfaces para agricultura familiar acessar o Programa de Alimentação Escolar. **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 1, p. 66-106, 2012.

TUGOZ, J. E. **O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)**: um estudo da efetividade no cumprimento das ações para fortalecer a agricultura familiar. 2015. 97f. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascável, 2015.

